

COMUNICAÇÃO, ALTERIDADE E POLÍTICAS DE PERMANÊNCIA: O PENSAMENTO DE EDSON KAYAPÓ

Communication, Otherness and Retention Policies: The Thoughts of Edson Kayapó

Comunicación, alteridad y políticas de permanencia: el pensamiento de Edson Kayapó

Larissa Caldeira de Fraga¹

Felipe Silva da Rocha²

Deivison Moacir Cezar de Campos³

DOI: 10.31501/esf.v3i34.15903

Resumo: Esta entrevista apresenta o pensamento do pesquisador e ativista indígena Edson Kayapó sobre como a comunicação retrata a alteridade e como as políticas de permanência nas universidades podem ser praticadas com efetividade. O entrevistado é doutor em Educação e mestre em História Social pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP). É professor no Instituto Federal da Bahia (IFBA) e integra o Programa de Pós-graduação em Ensino e Relações Étnico-Raciais na Universidade Federal do Sul da Bahia (UFSB).

Palavras-chave: Comunicação. Alteridade. políticas de permanência. povos indígenas. Edson Kayapó.

Abstract: This interview presents the thinking of Indigenous researcher and activist Edson Kayapó on how communication portrays otherness and how retention policies in universities can be effectively implemented. The interviewee holds a PhD in Education and a master's in social history from the Pontifical Catholic University of São Paulo (PUC-SP). He is a professor at the Federal Institute of Bahia (IFBA) and is part of the Graduate Program in Education and Ethnic-Racial Relations at the Federal University of Southern Bahia (UFSB).

Keywords: Communication. Otherness. Retention Policies. indigenous peoples. Edson Kayapó.

Resumen: Esta entrevista presenta la reflexión del investigador y activista indígena Edson Kayapó sobre cómo la comunicación retrata la alteridad y cómo se pueden implementar eficazmente las políticas de retención en las universidades. El entrevistado tiene un doctorado en Educación y una maestría en Historia Social por la Pontificia Universidad Católica de São Paulo (PUC-SP). Es profesor del Instituto Federal de Bahía (IFBA) y forma parte del Programa de Posgrado en Educación y Relaciones Étnico-Raciales de la Universidad Federal del Sur de Bahía (UFSB).

Palabras-clave: Comunicación. Alteridade. políticas de permanência. pueblos indígenas. Edson Kayapó.

¹ Doutora, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, RS, Brasil. larissacfraga@gmail.com | <https://orcid.org/0000-0002-0984-3990>

² Doutorando, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, RS, Brasil. feliphe.rocha@gmail.com | <https://orcid.org/0000-0002-1540-1371>

³ Doutor, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, RS, Brasil. deivison.campos@puccrs.br | <https://orcid.org/0000-0001-9928-9825>

Dossiê Comunicação e Pensamento Indígena

Edson Machado de Brito, conhecido como Edson Kayapó, é historiador, escritor, ativista indígena e ambientalista brasileiro originário do povo Mebengokré. Professor no Instituto Federal da Bahia (IFBA), integra o Programa de Pós-graduação em Ensino e Relações Étnico-Raciais na Universidade Federal do Sul da Bahia (UFSB). É escritor premiado pela UNESCO e pela Fundação Nacional do Livro Infantil e juvenil. É membro do Parlamento Indígena do Brasil, defensor ativo dos direitos dos povos indígenas e trabalha na propagação da Literatura Indígena. Também é curador adjunto de arte indígena no Museu de Arte de São Paulo Assis Chateaubriand (MASP). Doutor pelo Programa de Pós-Graduação em Educação: História, Política, Sociedade e mestre em História Social pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP). É Graduado em História pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), com pós-graduação lato sensu em História e Historiografia da Amazônia, pela Universidade Federal do Amapá. A partir de suas vivências e experiências, o pesquisador reflete sobre a relação da Comunicação e da mídia com a alteridade e também avalia as políticas de permanência para estudantes indígenas nas universidades. Esta entrevista integra o projeto Políticas de Permanência e Temas de Interesse de pessoas negras, indígenas e refugiadas que estudam na Pós-Graduação em cursos da área de Ciências Sociais Aplicadas na região Sul, Centro-Oeste e Norte do Programa de Desenvolvimento Alteridade na Pós-Graduação (PDPG) da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) na Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS). A pesquisa, liderada pelo professor Deivison Moacir Cezar de Campos, é realizada no Programa de Pós-Graduação em Comunicação Social da PUCRS e pretende apresentar um tensionamento das epistemologias afro-indígenas no campo da Comunicação.

AUTORES: Com a chegada dos europeus na América o "Eu", europeu, encontra o "Outro". Segundo Ailton Krenak (2019, p. 11), "a ideia de que os brancos europeus podiam sair colonizando o resto do mundo

Dossiê Comunicação e Pensamento Indígena

estava sustentada na premissa de que havia uma humanidade esclarecida que precisava ir ao encontro da humanidade obscurecida". Isso foi justificado por uma concepção de verdade que guiou as ações em diferentes períodos da história. Na sua opinião, qual o conceito de alteridade a partir dos tensionamentos das relações étnico-raciais no Brasil na atualidade?

EDSON KAYAPÓ: De fato, os europeus identificaram os nossos antepassados como biologicamente e culturalmente inferiores. Imagina que absurdo. O papa Paulo III baixou um decreto em 1537 dizendo que os povos indígenas eram humanos e mesmo assim, quando os jesuítas chegaram por aqui, Manuel da Nóbrega, dizia, por exemplo, digamos assim, que os indígenas eram humanos de segunda categoria, de segunda classe, porque nós não tínhamos fé. Ele dizia que nós tínhamos uma credulidade e a credulidade é uma vagabundagem da fé. As cartas jesuíticas estão publicadas, têm essa fala do Manuel da Nóbrega, que é uma fala horrível, inclusive ele afirmando que os indígenas eram herdeiros de Cam, o filho maldito de Noé, que embebedou Noé e fez Noé tirar a roupa na frente das pessoas, causando uma vergonha pública. E a evidência disso é que os indígenas andavam nus, o que pressupõe então, segundo Manuel da Nóbrega, que havia esse vínculo entre os indígenas e Cam. Nós, povos indígenas, estamos aqui nesses territórios originários desde tempos imemoriais, realizando as nossas próprias formas de organização política, de organização social. Temos as nossas cosmologias e as nossas próprias formas de organização. Obviamente que esse discurso de superioridade ou inferioridade em relação a outras formas de viver é uma bobagem. Lembro de uma fala que vi em uma mesa, uma palestrante, uma pós-doutora em biologia e evolucionismo fez uma fala muito linda de como tudo começou falando do Big Bang, que aconteceu há tantos bilhões de anos, e que houve todo um processo evolutivo até chegarmos aqui e estamos *Homo sapiens sapiens*. Na sequência um rapaz, pós doutor em teologia, falou do criacionismo, seis dias de

Dossiê Comunicação e Pensamento Indígena

criação, no sexto dia, Deus teria criado um boneco de barro e soprou nas narinas e no mesmo formato estamos aqui *Homo sapiens sapiens*. E um pajé do povo do Acre, Huni Kuin, falou: “achei muito lindo esses mitos dessas duas pessoas, essa moça falou de uma explosão, de um processo evolutivo e esse rapaz está falando de seis dias de criação, eu anotei, achei muito lindo, quero falar desse mito para as crianças na aldeia e quero dizer que para nós a origem e princípio das coisas não tem a ver com explosão, com grande explosão, nem tem a ver com esse criacionismo, tudo está vinculado a um ser maior que é o jacaré”. Ele vai fazer uma outra narrativa que não pressupõe obviamente desqualificar o que foi dito pelos outros, mas pressupõe pensar na possibilidade de diálogo e obviamente que uma fala desse tipo também não tem a ver com a convergência com o negacionismo, mas tem a ver com a expressão de formas como nós somos, o que nós somos, o que nós fazemos e o que a sociedade brasileira precisa saber, quem somos nós. Para nós, a questão da alteridade, que é uma categoria das Ciências Sociais, genericamente, parte de um princípio que é colonizador, eurocêntrico, que é branco, patriarcal, cristão. Então, parte de uma série de lugares extremamente “quadrados”. Nós, povos indígenas, não nos enquadrados nesses conceitos, porque, inclusive, a própria ideia de “índio”, porque essa alteridade, que tenta construir em relação aos nossos povos, começa, talvez seja o começo tudo errado, quando se reporta aos índios, para falar que os índios são “assim, assim”. Tem a generalidade “índio” e tem a generalidade de dizer que todo “índio” adora Tupã, fala Tupi, fala tal coisa, faz tal coisa. É um erro absurdo porque obviamente que Tupã existe dentro de uma perspectiva indígena. Tupi também existe, mas que não é generalizável. Essas coisas não são generalizáveis porque eu, por exemplo, sou do pertencimento Mebengokré. O povo Mebengokré fala a língua Mebengokré e não tem vínculo com Tupã, é uma outra cosmologia diferente, que é convergente obviamente com a cosmologia vinculada à Tupã. O Daniel Munduruku lembra em um escrito que índio é um

Dossiê Comunicação e Pensamento Indígena

metal. Ele fala que na tabela periódica está escrito o IN, que é a sigla do metal índio, que tem número atômico, que tem massa atômica. Nós, definitivamente, não somos esse metal. Vizinho ao meu povo Mebengokré, tem o povo Asurini, tem o povo Xikrin. A gente vai subindo pelo norte do Pará tem o povo Awá, tem o povo Palikur. Tem o povo Karipuna. Já no Pará, Amapá tem o povo Galibi, tem o povo Wajãpi, temos mais de 300 povos diferentes. Então somos povos, somos línguas, somos povos de carne e osso que vivem no tempo presente e temos vínculo com os nossos passados, antepassados, mas estamos aqui no tempo presente. E esse tempo presente dialoga obviamente com o passado. A ideia de ancestralidade, de antepassados, tem a ver com o passado, mas tem a ver com o tempo presente porque os antepassados estão aqui em nós, mas os antepassados e a ancestralidade estão ainda mais adiante, lá no futuro dizendo caminhe por onde devemos seguir. O caminho que nós devemos construir no futuro. Então, para nós o conceito de alteridade tem que levar em consideração esse diálogo de tempos, essa concepção de ancestralidade, e essa concepção de legitimidade dos nossos pertencimentos no tempo presente e um pertencimento que não pode ser homogeneizado. Na palavra “índio”, por exemplo, ou qualquer tipo de generalidade. Ao mesmo tempo, eu diria, que é uma alteridade que tem muito a dialogar e talvez a ensinar a comunidade, a sociedade brasileira, e colaborar com a comunidade mundial, para a reconstrução de tudo o que foi destruído em nome da superioridade, em nome do progresso, em nome do desenvolvimento, então nessa perspectiva de progresso, destruiu-se muita coisa, florestas, rios e o ar, a terra, as pessoas. Promoveram guerra com aqueles identificados como inferiores e a gente precisa fazer um esforço de repensar tudo isso e pensar de maneira tranquila na necessidade urgente do respeito a essas diversidades sociolinguísticas, cosmológicas, para seguirmos tranquilamente a diante.

Dossiê Comunicação e Pensamento Indígena

AUTORES: Em uma sociedade midiaticizada, no qual a mídia é apresentada como um elemento constitutivo da própria sociedade, os valores dinamizados pela mídia fazem parte do tecido social. Como você vê as discussões sobre alteridade no Brasil (mídia/sociedade)? Como o "outro" é retratado?

EDSON KAYAPÓ: A mídia de maneira geral, a comunicação, que está aí posta, se equivoca o tempo todo. Quero fazer um recorte assim que tem a ver diretamente conosco. Os grandes mecanismos, as agências de imprensa, pregam em um horário que está todo mundo de olho na televisão, por exemplo, brasileira, pregam que o agronegócio é tudo de bom. Eles falam que o agro é pop, que o agro é tech. Eles fazem uma propaganda muito grande, falando inclusive do Produto Interno Bruto (PIB) do Brasil, que cresce especialmente para o cara do agro e uma propaganda massiva em relação a isso. Essas pessoas que produzem essa mídia esquecem de dizer que o agro é expropriador das terras dos territórios originários dos povos indígenas e de outros povos. Esquecem de dizer que o agro é herdeiro de primeiro grau das capitâneas hereditárias. Na verdade, o agro é a perpetuação do latifúndio e da monocultura no Brasil. Em outros tempos, o agro era chamado de capitâneas hereditárias, depois foi chamado de sesmarias e lá no século XIX, século XX, eram as monoculturas de café. O Bernardo Mançano que é um dos grandes pesquisadores da temática agrária no Brasil, professor da UNESP, ele fala que agronegócio é uma categoria ideológica, que expressa, no final das contas, expressa, que tem como síntese, exatamente isso. O agronegócio tem vínculo com latifúndio, com a monocultura, com exploração de trabalho, com a reprodução das desigualdades sociais e da concentração de riqueza na meia dúzia de homens brancos. Então, fala-se de crescimento do PIB e as pessoas esquecem de dizer que o PIB cresce e mas riqueza trazida pelo PIB está nas mãos de um grupo muito pequeno de pessoas. E o agro, de outro modo, de uma maneira complementar, é um instrumento de expropriação, de violação dos direitos dos povos indígenas. O

Dossiê Comunicação e Pensamento Indígena

agro é uma política ecocida, que destrói os biomas, os ecossistemas, e os espaços sagrados dos povos indígenas. Queria dizer que a mídia é muito bem pensada nesse sentido de desestruturar os povos indígenas. Ela é muito bem pensada para justificar os massacres. A mídia está o tempo todo informando a sociedade brasileira sobre a “invasão” das terras que os indígenas fazem. A mídia não tem capacidade de falar da autodemarcação dos territórios. Não tem capacidade de falar sobre o indigenato, os direitos aos territórios originários, que está posto nos artigos 231 e 232 da Constituição Brasileira. A mídia não tem capacidade, não move nem um esforço para fazer esse diálogo. Então ela joga o tempo todo essa ideia de que os povos indígenas são invasores de terra. Olha nós somos os invasores, isso é muito grave. Os invasores não são os colonizadores que chegaram aqui de maneira muito violenta. A mídia está dizendo que os indígenas são criminosos, formadores de quadrilha, são invasores de terra e faz uma apologia a necessidade de criminalizar esses grupos que são os grupos originários. É necessário rever tudo isso e criar uma mídia alternativa, uma “contramídia” e os povos indígenas têm feito isso porque esse é um debate que nós fazemos internamente no movimento indígena sobre a necessidade de nós, especialmente a juventude, de se apropriar da tecnologia audiovisual para que nós possamos transformar essas tecnologias em instrumentos de resistência. Instrumentos que sejam favoráveis à demarcação dos nossos territórios, à efetivação dos nossos direitos, à uma educação diferenciada, a um modelo de saúde diferenciado, que a sociedade brasileira conheça e respeite os nossos povos como povos originários, que de maneira legítima têm direitos que precisam ser respeitados pelo Estado brasileiro e pela sociedade e direitos à demarcação dos nossos territórios. Não quero aqui pactuar com o pensamento, porque tem um pensamento da década de 1960, 1970, do Louis Althusser, que escreveu Os Aparelhos Ideológicos do Estado e O Aparelho Repressor e nessa discussão ele fala da mídia como uma das formas utilizadas pela burguesia para

Dossiê Comunicação e Pensamento Indígena

eternizar os seus interesses. Diria que existe uma tendência, que a mídia hegemônica faça isso, que a mídia hegemônica reproduza os valores da classe dominante, mas estou falando que existe a necessidade e a possibilidade de nós fazermos de maneira contrária, criarmos uma mídia que combata todos esses preconceitos e violências contra os nossos povos e sou muito otimista de pensar que no futuro muito próximo, nós possamos nos apossar da mídia hegemônica para fazer um diálogo muito mais tranquilo. E quando falo de nos apossar da mídia hegemônica, fico pensando em uma unidade dos movimentos, dos movimentos populares, do movimento do campo, do movimento indígena, movimento quilombola e outros movimentos.

AUTORES: As redes sociais como espaços de divulgação e circulação de saberes abriram espaço para coletivos e lideranças negras e indígenas, entre outras, mostrarem o seu papel e promoverem debates importantes entre a sociedade. Isso reduz a distância entre esses grupos e o restante da população? Porque ao mesmo tempo que as redes são um espaço democrático, elas são propulsoras do ódio, então essas aproximações digitais são dicotômicas.

EDSON KAYAPÓ: Utilizo muito as redes sociais, mas não só eu, os movimentos sociais estão fazendo esse diálogo de como nos apropriar inclusive para fazer esse diálogo de combate ao racismo que está escancarado, combate ao ódio e à desinformação, à fake news, que se volta muito contra nós, grupos subalternizados. Não diria que as redes sociais têm aberto oportunidades para nós. Nós que estamos fazendo o movimento de nos apropriar disso, porque as tecnologias não estão disponíveis facilmente para nós. Temos que correr atrás. Temos que pressionar o Estado brasileiro para que a internet, toda essa parafernália tecnológica, possa fazer parte do nosso cotidiano, porque nós queremos isso. Nós termos

Dossiê Comunicação e Pensamento Indígena

tecnologia não nos desqualificará de sermos pertencentes aos diversos grupos indígenas e não desqualificará as nossas identidades e muito pelo contrário. O que nós estamos fazendo é exatamente esse movimento de encurtar as distâncias. Precisamos, nós indígenas, eu vivo na Bahia. Então, os povos indígenas que vivem na Bahia precisam dialogar com os indígenas que estão na Amazônia, no Mato Grosso, no sul do Brasil, e outros grupos indígenas que estão em outros continentes ou que são dos países vizinhos nossos. Então, a forma mais certa de encurtar esses caminhos são as redes sociais. Nós estamos utilizando de maneira massiva. Acho muito interessante, por exemplo, que a juventude de hoje em dia se utilize das redes sociais, para combater o racismo para falar de pertencimento e de orgulho do pertencimento. A gente vem ganhando muita visibilidade através das redes sociais. É uma forma da sociedade brasileira saber quem somos, quantas línguas falamos, o que queremos e onde estamos situados, quantos povos somos. O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) trouxe informações muito interessantes como a contagem da população de 2022, falando que a população indígena aumentou quase 80% em relação a contagem da população feita em 2010. Somos mais ou menos um milhão e 700 mil indígenas falantes de mais de 275 línguas diferentes, que compõem mais de 300 povos diferentes na sociedade. A sociedade brasileira precisa se apropriar dessas informações e estamos fazendo isso nas redes sociais, o tempo todo bombardeando, porque por mais que os dados do censo do IBGE sejam públicos e sejam produção do Estado, continua fechadinho nas gavetinhas, precisamos escancarar essa gaveta e jorrar essas informações para a sociedade brasileira. Inclusive, no sentido de dizer para a sociedade brasileira que nós, povos indígenas, estamos empenhados em assumir um papel de guardiões das florestas, dos biomas, para o bem da humanidade. Para nós, povos indígenas, os espaços dos territórios originários são jardins sagrados, são espaços cosmogônicos de produção e reprodução da vida

Dossiê Comunicação e Pensamento Indígena

que nós recebemos dos nossos antepassados e assumimos o compromisso de protegê-lo para a humanidade. Estamos falando isso nas redes sociais para que o povo brasileiro entenda, em primeiro lugar, quem somos nós, o que estamos fazendo, e entendam que estamos fazendo um grande benefício para a sociedade brasileira a partir do momento que os nossos territórios são demarcados e nós estamos lá dentro fazendo esse movimento de proteção. Especialmente a juventude está fazendo com muito empenho esse movimento de utilização das redes sociais e nós estamos muito empenhados inclusive fazendo esse debate com muita intensidade dentro do movimento indígena de falarmos da necessidade de estarmos nas redes sociais e nos apropriarmos dela como forma de valorização das nossas tradições, das nossas formas próprias de organização, como forma de dar visibilidade aos nossos povos.

AUTORES: Em 2024, uma reportagem publicada pelo jornal The New York Times sobre a chegada da internet, Starlink, do Elon Musk, para o povo Marubo, um dos mais remotos na Floresta Amazônica obteve repercussão em veículos de comunicação em todo o mundo. Segundo a matéria, a chegada dessa tecnologia mudou algumas práticas entre os habitantes dessa comunidade. Foi relatado que os indígenas foram expostos à pornografia e jogos violentos. Entre as declarações da matéria está: “Os jovens ficaram preguiçosos. Estão aprendendo os costumes dos brancos”. O que você acha desse tipo de cobertura e abordagem da imprensa?

EDSON KAYAPÓ: A sociedade, as pessoas que falam isso, elas observam essas coisas acontecendo nos meios indígenas, a internet chegando, as tecnologias, elas vão se olhar no espelho. Quando elas se olham no espelho, elas veem gente acessando pornografia madrugada a dentro. Vê reproduzido uma série de problemas, *fake news*, racismo, tudo mais. O Marcos Terena, grande liderança do movimento indígena,

Dossiê Comunicação e Pensamento Indígena

atualmente, mas que foi um dos criadores do movimento indígena nacional contemporâneo, falou uma frase muito interessante que virou lema do movimento indígena nos anos 1970 e 1980, que é “posso ser o que você é, sem deixar de ser o que sou”. Já vi várias vezes o Marcos Terena se apresentando em congressos, ele começa dizendo assim: “Muito prazer, sou Marcos Terena, sou piloto de avião”. O Marcos Terena é piloto de avião aposentado. Então as pessoas perguntam “Ele não é indígena? Ele é piloto de avião. Não é indígena?”. Moro em Porto Seguro. Lá tem praias muito lindas. Adoro sentar e olhar a praia. Estava lá sentado e chegou uma moça tocando em mim e falando “nossa, você é índio puro, né?”, “não sou índio não, sou Kayapó Mebengokré”. Fui explicar que essa generalidade de “índio” não tem amparo, é uma distorção, é uma generalidade. Fui explicando isso para ela. Ela falou “nossa, você fala bem, você estudou?”, falei: “estudei, lá na sua cidade, em Belo Horizonte, na UFMG”. Em determinado momento, eu falei “no meu trabalho de doutorado...”, ela me tocou novamente: “Então você é doutor, não é índio”. Falei: “Olha moça, você acertou agora que não sou índio, mas você errou, porque você falou que o fato de eu ter um pertencimento indígena, eu não posso ser doutor, porque estou condenado a viver no meio do mato sem acesso a nada”. Esse comportamento é absurdo. Nós, povos indígenas, queremos ter acesso a todos os bens. Uma outra narrativa: Gravei um vídeo longo, uma entrevista, o entrevistado teve a habilidade de fazer um recorte de cinco minutos e jogou nas redes sociais. Bombou, acho que tem uns 20 milhões de visualizações, que eu falo o seguinte: “Estava em uma aldeia, e chegou uma equipe de câmera, repórteres que ia fazer uma entrevista com uma liderança na aldeia. Na hora que eles iam começar a gravação, o rapaz, um parente, falou: “espera aí que vou atender o telefone”, puxou o celular e atendeu. Quando terminou de atender a repórter falou assim: “Vocês usam celular? Você falou que era índio”. Ele falou: “Moça, quero te convidar para a gente fazer um tratado aqui. Você não vai mais comer mamão, abacaxi,

Dossiê Comunicação e Pensamento Indígena

nem tomate. Não vai mais comer chocolate. Não tomar mais banho todos os dias. Não pode deitar em rede. Não pode andar descalça. Não pode tomar banho de chuva. Não usem a palavra Brasil, por favor. A gente vai colocar aqui no tratado e eu vou devolver o celular que vocês estão dizendo que é seu. As coisas vão ficar simétricas, vamos assim dizer”. Logicamente que é uma brincadeira e uma provocação para dizer que nós povos indígenas estamos no mundo e tudo que a humanidade produz, tem que ser para a humanidade e esse é um dos princípios da interculturalidade. Estamos fazendo um diálogo muito firme do movimento indígena, já citei isso anteriormente, para que as tecnologias novas que estão chegando, a gente possa se apropriar e transformar essas tecnologias em instrumento de resistência. Então, chegar a internet é fundamental. Não só para fazer resistência, mas é fundamental para nós nos comunicarmos. Então agora nós podemos. Fico 24 horas sabendo o que está acontecendo com os meus parentes no Amapá, no Pará, no Mato Grosso, no sul do Brasil. Em outros lugares da Bahia. Então é fundamental que tenhamos essa comunicação, mas que também transformemos essas comunicações em resistência e que possamos aprender a separar notícias de *fake news*.

AUTORES: Para Nilma Lino Gomes, as ações afirmativas têm um potencial emancipatório, pois coloca jovens negros/indígenas lado a lado com os da classe média e da elite branca agindo como um processo de desconstrução da ideologia racista no Brasil. Qual a importância das Políticas Públicas, especialmente na área da educação, para uma melhor relação com o outro?

EDSON KAYAPÓ: As políticas afirmativas são fundamentais para estarmos dentro das universidades, mas nós temos ocupado espaços, porque, quando a gente fala de dados do IBGE, que a população brasileira está crescendo, e que as nossas línguas estão se revitalizando, que as nossas memórias históricas estão se

Dossiê Comunicação e Pensamento Indígena

fortalecendo, obviamente que todo esse processo que vem em um caminho otimista, não se dá sem a violência do Estado, porque o projeto genocida, está sem freio, está desde o século XVI sem freio. Os povos indígenas têm se organizado de maneira efetiva para enfrentar isso. E desses enfrentamentos, não tenho nenhuma dúvida, que as ações afirmativas são fundamentais. Não só para nós, porque fico pensando nas ações afirmativas como importantes e necessárias para a comunidade, sociedade brasileira e mundial. Para nós, por exemplo, óbvio que é interessante que vamos estar nas universidades, nos cursos de graduação, de pós-graduação, e inclusive como docentes dentro das universidades, posteriormente, isso para nós é muito importante, temos esse interesse, mas pensando em uma outra perspectiva, numa perspectiva da interculturalidade, as ações afirmativas privilegiam a academia com outro olhar, com outras concepções de mundo, outras formas de perceber e conceber o mundo. Isso é fundamental para que a academia repense. O Edward Thompson usa o termo planetário de erros para dizer que a academia tem promovido, provocado historicamente, que precisa ser repensado e refeito. Precisa ser tudo refeito. Esse movimento de refazer, obviamente vai acontecer através do diálogo com essas pessoas que estão entrando na universidade através das ações afirmativas. Então, indígenas, quilombolas, povos de terreiro, mulheres e outros grupos sociais que estão entrando através das políticas de ações afirmativas vão oportunizar a academia a repensar o seu caminho, a sua trajetória, e construir novos conhecimentos que consigam enfrentar todas essas crises que estão colocadas, que são crise econômica, moral, de saúde pública, pode ser tudo repensado. Fico pensando que as ações afirmativas não podem também se restringir a editais que facilitem a entrada dessas pessoas. As ações afirmativas têm que ser acompanhadas por políticas de permanência, porque senão a gente vai entrar em um problema, que é o seguinte, que as pessoas vão entrar e vão evadir. E depois vão levar nas costas uma acusação de serem incompetentes. E vão utilizar o

Dossiê Comunicação e Pensamento Indígena

discurso "olha lá, eles são incompetentes. A gente deu a chance deles entrarem e eles evadiram". Então existe uma necessidade de políticas de permanência, de bolsas, de acompanhamento pedagógico, de sensibilização da academia, de docentes e das propostas de curso, mas eu não tenho nenhuma dúvida de que existe a necessidade e de que seja muito importante a presença de indígenas, quilombolas, e pessoas de outros pertencimentos dentro da academia. Para todas as pessoas é uma oportunidade de novos conhecimentos e não tenho dúvida de que o conhecimento dessas pessoas que estão subalternizadas é fundamental. As aldeias e quilombos estão lotados de pesquisadores não indígenas. Se os nossos conhecimentos não tivessem relevância, eu perguntaria assim: por que essas pessoas querem dialogar com o saber dos pajés, das curandeiras, das parteiras, das benzedadeiras, e rezadeiras, dos pescadores, dos caçadores? Qual seria a relevância dos pesquisadores estarem dentro das comunidades, se os nossos conhecimentos são inferiores? Só para deixar essa provocação.

AUTORES: Quais são os desafios que as pessoas indígenas enfrentam ao ingressar na universidade? O que é necessário para os povos originários além de entrar na universidade, permanecer e concluir os cursos?

EDSON KAYAPÓ: A universidade deve promover uma articulação permanente de discussão, de fóruns, seminários, debates com a comunidade, porque além dessas coisas materiais, obviamente que precisa de uma casa. Trabalho em uma licenciatura intercultural indígena, então tem isso, quando os indígenas vêm, os estudantes trazem a família inteira, crianças, marido, esposa. A gente tem que dar conta. Essa é uma demanda. Os povos indígenas, tradicionalmente, não saem sozinhos. Muitas vezes acontece do estudante ser aprovado na universidade e quando ele sabe que a universidade não tem qualquer estrutura para

Dossiê Comunicação e Pensamento Indígena

abrigar a família, ele nem vai fazer a matrícula. Fica como uma pessoa aprovada que não se envolveu para fazer a matrícula, porque ele sabe que não tem como ir. Essas necessidades materiais de restaurante universitário são fundamentais. As universidades devem promover constantes de seminários, discussões e que seja fundamental a presença do corpo docente, porque o corpo docente tem que ser sensibilizado com relação a presença de indígenas e com a necessidade de dialogar com esses saberes que estão dentro da universidade, que são saberes importantes e promissores na construção de outros conhecimentos. As universidades devem criar organismos. Na Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), fui membro da Comissão Assessora para a Inclusão Acadêmica e de Participação dos Povos Indígenas. É uma comissão específica que está na diretoria de Direitos Humanos da Unicamp. Essa comissão está o tempo todo dialogando sobre as questões indígenas na universidade. Não só discutindo. Essa comissão é responsável pelo acompanhamento porque a universidade está dizendo que tem uma política de permanência e essa comissão acompanha. Como está sendo essa permanência? Ela está sendo efetivamente eficaz? Ou não? Teve um caso recente na Unicamp de suicídio de um estudante indígena, lá em Campinas. O aluno que se suicidou é do Alto Rio Negro. Essa comissão é responsável por buscar entender o que aconteceu. Apurar, entender, compreender. Acompanhar a família, todo esse procedimento. Acho que além disso, a universidade precisa criar mecanismos de acompanhamento psicopedagógico para esses estudantes. Precisa criar uma política de monitoria para os estudantes indígenas. As universidades têm que criar uma política também com a ação afirmativa, que é de trazer os indígenas estudantes para dentro dos programas de bolsas. Os estudantes precisam ser pesquisadores. Dentro desses editais convencionais, por assim chamar, não há a possibilidade dos estudantes indígenas serem contemplados sempre, porque os editais são muito rigorosos dentro de um rigor cartesiano. Lembro que quando eu fui estudante de graduação, o

Dossiê Comunicação e Pensamento Indígena

meu sonho, durante toda a minha graduação, era ser um dia pesquisador de um desses programas do PET, PIBID ou de iniciação científica. Nunca tive oportunidade de entrar. Quando tinha os editais, quase sempre não tinha nem coragem de me candidatar porque achava que era absolutamente incompetente para passar em um processo daquele com todo o rigor que se pedia. O resultado é que eu saí da universidade sem participar de nenhum programa desses. Só fui ser bolsista do CNPQ, Capes no meu mestrado e doutorado, porque nunca houve possibilidade. Então a universidade tem que pensar programas específicos para acolher esses estudantes indígenas como cientistas legítimos inclusive com esse direito de bolsas, e mais que isso. As universidades e os cursos de pós-graduação, têm de fomentar as políticas de concessão de título por notório saber para os mestres e mestras indígenas. Faço parte da Comissão de Notório Saber da UFMG e em 2023 concedemos título para uns dez indígenas de vários lugares. É pouco ainda. A universidade tem que reconhecer esses saberes dos xamãs, dos pajés, das curandeiras, das pessoas que são altamente qualificadas dentro de uma outra ciência. Já que estamos muito falando na linguagem da decolonialidade e a outra ciência e a outra história, a outra não sei o que. Na verdade, a gente fala assim, a história outra, a ciência outra, o saber outro. Então vamos fazer para valer isso. Vamos chamar essa ciência outra para ser autorizada com título de doutor. É um desafio que a universidade tem que assumir. É um desafio assumido para sair do campo da falácia. As universidades, os cursos de graduação, da pós-graduação, têm que fazer uma reestruturação curricular para que a temática indígena seja contemplada da proposta do plano de curso. Dentro da proposta curricular. São questões que são fundamentais para que de fato a decolonialidade aconteça dos programas de pós-graduação e graduação nas universidades. Para ser provocativo, eu vou dizer assim: vamos chamar as pessoas com as ideias decoloniais por excelência para fazer a decolonialidade porque a provocação é dizer que os povos

Dossiê Comunicação e Pensamento Indígena

indígenas são decoloniais por excelência. Os indígenas sempre foram decoloniais. Quando os portugueses chegaram por aqui, em 1500, e invadiram esse território, os indígenas foram os primeiros grupos a promoverem uma guerra e dizer nós não queremos o capitalismo, porque os portugueses trouxeram para o Brasil, os europeus, trouxeram o capitalismo na sua primeira versão e os indígenas já diziam que esse projeto era um projeto cancerígeno para a humanidade. É exatamente o que aconteceu. São grupos decoloniais por excelência que precisam estar dentro da universidade para fazer a decolonialidade para valer.

AUTORES: Nas suas publicações, você aborda a escola para a resistência. Segundo os seus trabalhos, a educação escolar é "uma agência mediadora do binômio opressão e autonomia, ou integração e pertencimento étnico" (Kayapó, 2020, p. 4). Quais são as estratégias de resistência utilizadas no ambiente escolar? De que maneira a mudança nas propostas curriculares contribui para a manutenção das tradições dos povos originários?

EDSON KAYAPÓ: A escola é uma agência estrangeira, porque a escola e seus currículos não fazem parte da tradição originária. Então, é uma coisa de fora. Só que como ela chegou sendo uma agência de fora, tanto com aquela educação informal dada pelos jesuítas, como a educação formalizada que foi instituída a partir do Serviço de Proteção aos Índios (SPI), a partir da década de 1910, essa escola, essa educação chegou extremamente violenta. Ela não bateu na porta querendo dialogar com vocês, ela chegou para dizer “nós queremos ensinar vocês a serem civilizados”. Nós queremos ensinar vocês a irem para o paraíso. Nós queremos ensinar vocês a superarem essa degradação em que vocês vivem, era isso que dizia. E essa formação ela pressupõe o ecocídio, o epistemicídio, línguas, milhares de línguas foram perdidas, de

Dossiê Comunicação e Pensamento Indígena

tradições, de saberes, de conhecimentos. As nossas cosmologias foram demonizadas, em grande medida apagadas, pelo menos uma parte delas, em nome de assumir uma postura superior, no modo de pensar e de agir. Só que toda essa violência, começou a ser questionada de maneira muito frontal a partir, especialmente, do final da década de 1970 com a reabertura democrática do Brasil. Os movimentos populares, eles vieram, o movimento indígena veio junto e foi criada a primeira organização de um movimento indígena unificado, que foi a união das nações indígenas, protagonizada pelo Ailton Krenak, pelo Marcos Terena, Álvaro Tukano, Helena Potiguara e outras pessoas, criaram aquele movimento e começaram a questionar um tanto de coisas, entre elas essa educação colonizadora. Até nós chegarmos a um entendimento que essa educação colonizadora, paranoica com aprovar e reprovar. Existe uma paranoia com prova. As pessoas não estão preocupadas em ensinar e aprender. Elas estão preocupadas em aprovar e reprovar, então nós chegamos a conclusão que essa educação colonizadora não serve para ninguém, mas particularmente para os povos indígenas, tenho certeza que ela não serve, porque essa escola não ensina nas nossas línguas. Essas escolas não dialogam com os saberes milenarmente construídos nos nossos laboratórios. Essa escola não leva em consideração os saberes dos nossos grandes mestres e mestras das comunidades indígenas. Passamos a questionar isso e a Constituição Brasileira, no artigo 231 e 232, fala dos nossos direitos de pertencimento, sobre a necessidade do Estado e da sociedade brasileira de respeitarem as nossas formas de pensar, as nossas organizações políticas e as nossas concepções de mundo. Respeitar isso tudo pressupõe criar escolas dentro das comunidades indígenas que dialoguem, que façam um diálogo curricular dos saberes milenarmente construídos por nós com outros saberes. De maneira que hoje eu chego a uma conclusão, eu concordo com os decoloniais, com Anibal Quijano, que diz assim que essa decolonialidade e essa interculturalidade que nós estamos

Dossiê Comunicação e Pensamento Indígena

propondo não tem como pauta central o diálogo com o eurocentrismo. Não que nós vamos virar as costas para o pensamento eurocêntrico, mas o eurocentrismo já provocou muito problema. Então vamos buscar diálogo entre os povos indígenas e dos povos indígenas com os quilombolas, dos povos indígenas com o povo de terreiro, camponeses. Esses fazem parte da nossa pauta central. O eurocentrismo, vamos continuar dialogando com essa forma de pensar, mas vamos dialogar inclusive para convencer da necessidade de mudar de postura, eles mudarem de postura em nome da construção de novos conhecimentos e novas formas de organização social. Então, a escola indígena pauta pela educação diferenciada, pela educação bilíngue, pela escola comunitária, que a comunidade de fato seja a mandante e a gestora da escola, por uma escola que vai formar pessoas para os projetos da comunidade, porque a escola brasileira colonizadora, que continua sendo colonizadora, não fala a língua dos estudantes. O professor de história, fica lá 50 minutos falando das múmias, dos faraós, das pirâmides, de um tanto de coisa que nós ficamos pensando: o que eu tenho a ver com as múmias do Egito? Não existe nenhuma contextualização e no final das contas o estudante está de corpo dentro da escola, o pensamento está fora do muro da escola. E o muro da escola é uma prisão. Não queremos que a escola indígena seja assim. Queremos que a escola indígena seja uma escola agradável, que seja, como diz o Rubem Alves, que seja tão prazerosa quanto soltar pipa. Que seja tão prazerosa quanto jogar futebol, brincar de queimada, andar de bicicleta, namorar. Que a escola seja tão prazerosa quanto isso tudo. E para que ela seja assim, a escola precisa falar as nossas línguas. A escola precisa ter professores indígenas, que conheçam profundamente as tradições indígenas. A escola precisa que ter um currículo que tenha como central saberes construídos pelos nossos anciões e nossos antepassados. A escola precisa dialogar sobre florestas, sobre rio, plantas, sobre vida, sobre a necessidade de respeitar a vida em todas as dimensões. A escola precisa fortalecer os

Dossiê Comunicação e Pensamento Indígena

estudantes indígenas no seu pertencimento nas suas identidades étnicas. Se não for assim, sinceramente, vale muito a pena desenvolver um projeto para comprar marreta e picaretas para derrubar a escola, porque a escola é uma picaretagem em formato colonial, como ela existe.

Dossiê Comunicação e Pensamento Indígena

Referências

- Gomes, N. L. (2017). *O movimento negro educador: Saberes construídos nas lutas por emancipação*. Vozes.
- Kayapó, E. (2020). Educação indígena, escola indígena e resistência: O caso dos Karipuna do Amapá. *Revista Abatirá: Revista de Ciências Humanas e Linguagens*, 1(2).
<https://www.revistas.uneb.br/abatira/article/view/10233>
- Krenak, A. (2019). *Ideias para adiar o fim do mundo*. Companhia das Letras.
- Teixeira, M. C. (2017). Alteridade & identidade em Para entender o negro no Brasil de hoje, de Kabengele Munanga e Nilma Lino Gomes. *Revista de Ciências do Estado*, 2(2).
<https://periodicos.ufmg.br/index.php/revce/article/view/5055>